

OBSERVATÓRIO CONTRA A FRAUDE**O perigo da história única**

Nem só no sector público se manifesta a corrupção. Ela existe nas empresas privadas, no desporto, no comércio internacional, nas instituições de ensino, enfim, em qualquer parte da sociedade

**Carlos Pimenta**

Chimamanda Adichie, escritora nigeriana, autora do magnífico romance “Meio Sol Amarelo”, sobre a dramática guerra do Biafra, numa conferência sobre a sua experiência profissional (<http://www.youtube.com/watch?v=EC-bh1YARsc>), alerta para “o perigo de uma história única”, a atroz simplificação da realidade através de frases feitas e generalizações abusivas.

As declarações sobre a fraude, esse comportamento ilegal e imoral que se processa veladamente e prejudica a sociedade, estão repletas de “histórias únicas”, para o que também contribui o sensacionalismo dos meios de informação.

Reconhecendo-se que há políticos corruptos conclui-se, por exemplo, que “todos os políticos são corruptos”. No entanto, esta afirmação não resiste a uma leitura atenta da realidade.

Para o demonstrarmos façamos uma observação da passada legislatura da Assembleia da República. Os deputados são obrigados a preencher um “Registo de Interesse”, em que mencionem “todas as actividades susceptíveis de gerar incompatibilidades ou impedimentos ao exercício do respectivo mandato”. Elas relevam conflitos de interesse, possibilidade de confusão entre as práticas públicas e privadas. Constatamos que são declaradas 412 entidades nessa situação. 193 são declaradas por deputados do PSD, 155 do PS, 48 do CDS-PP, 10 do BE e 6 do PCP. Porque estes dados reflectem a situação dos deputados e o peso das representações partidárias, o número

médio de entidades por deputado reflecte mais claramente a probabilidade de os deputados de cada um dos partidos incorrerem em violações dos interesses públicos em detrimento das vantagens pessoais. Quanto mais elevado for o rácio maior é a probabilidade. Os seus valores são 2,38 para o PSD; 2,29 para o CDS-PP; 1,60 para o PS; 0,63 para o BE e 0,46 para o PCP.

Uma análise individual também revela diferenças. Enquanto alguns deputados têm ligações a uma dezena de empresas capazes de influenciar a nossa economia, outros não estão associados a nenhuma. Enquanto alguns chegam à Assembleia da República sem quaisquer compromissos privados e assim se encontram no fim do mandato, outros vão preenchendo a sua “carteira privada” (hoje “consultores”, depois “colaboradores”, amanhã “administradores”) durante o exercício da função pública. Enquanto para uns esses conflitos de interesse nunca se concretizam em comportamentos não éticos, outros estão em comissões especializadas para arranjar contratos para as empresas a que estão ligados. Enquanto alguns cumprem escrupulosamente a obrigatoriedade de revelar os interesses privados, outros

apenas revelam amnésia.

Com a grandiloquência das generalizações esquece-se que o financiamento informal das campanhas eleitorais é uma forma “institucional” e incolor de “comprar” as posições políticas dos eleitos. Esquece-se que a utilização da informação privilegiada e as manipulações das contas em paraísos fiscais e judiciais podem ser tão gravosas quanto a corrupção. Esquece-se a velada aproximação de instituições criminosas a alguns “políticos empreendedores”.

Ignora-se que nem só no sector público se manifesta a corrupção. Ela existe nas empresas privadas, no desporto, no comércio internacional, nas instituições de ensino, enfim, em qualquer parte da sociedade.

Uma “leitura única”, para acabarmos como começámos, distorce profundamente a interpretação da realidade e, consequentemente, debilita a nossa capacidade de lutar contra esses cancro sociais.

Escreve à sexta-feira



OBEGEF
Observatório de Economia
e Gestão de Fraude

**Uma corrupção que pode alastrar****iCORREIO****FALTA MULTAR O LADRÃO**

Um cidadão português foi multado em 1300 euros por ter chamado ladrão a Cavaco Silva investido no cargo de Presidente da República. O chamador até pode ter sido um votante de Cavaco nas presidenciais. Na verdade, não é de bom tom chamar ladrão a outra pessoa, mas também não é boa experiência ser roubado. O tribunal condenou o cidadão a uma multa, faltando saber qual será a aplicada ao governo por reduzir vencimentos aos funcionários públicos. Ou só é ladrão quem ofender por palavras, não sendo agente político, e quem ofende ao subtrair vencimento está acima de qualquer juízo? Se o governo não acata a decisão do TC de pagar o subsídio de férias em Junho, e o cidadão ofensor recebe um aviso das Finanças para pagar a taxa de IMI e é obrigado a fazê-lo, onde está o zelo dos juizes? Temos dois tipos de ladrão, o político investido pelo povo e o vulgar larápio. Não conheço o adágio “povo que vota em ladrão tem cem anos de congestão”. O juiz agiu conforme a lei. O PR é que está fora da lei ao não defender a Constituição, quando jurou fazê-lo. O chamador, ferido na sua dignidade ao ver o seu país afundar-se, dirigiu-se ao comandante supremo das Forças Armadas que deve garantir a soberania nacional também espezinhada. Os portugueses têm sido roubados pela classe política. É conhecida a história de um ladrão que ao fazer a larapice foi roubado! Contudo, esta decisão vem instalar o medo aos chamadores. Acredito que haja profissionais que usam as palavras como ofensas. Mas mais graves são as atitudes de certos políticos que usam as acções como sentenças. A minha opinião sobre a classe política não atinge Cavaco Silva, tendo em conta afirmação do PR de que não é político. Pela minha parte, e escudando-me nos direitos consagrados em lei quanto à liberdade de expressão, não quero ser processado por um sem-abrigo, indigente ou desempregado, agora por um agente político até passava a fazer parte do meu currículo. O que me vale é que Cavaco Silva não é político.

ADMAR COSTA – POR EMAIL



As mensagens dos leitores devem ser enviadas para o seguinte endereço: correio.leitores@ionline.pt